



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Brasil Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais, em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 23 de março de 2021 sem modificação.

São Paulo, 03 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.527	1	33.560
Investimentos de curto prazo	5	—	—	698.114
Contas a receber de clientes	6	—	—	247.375
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	5	—	76.429
Outros tributos a recuperar	7	—	—	3.203
Instrumentos financeiros derivativos	32.1	—	—	10.704
Contas a receber sobre venda de controlada	11	—	—	35.104
Cauções e depósitos vinculados	9	—	—	41.731
Conta de ressarcimento	10	—	—	13.309
Outros ativos	10	2	—	55.664
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.534	1	1.215.193
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Tributos diferidos	8	—	—	538.118
Cauções e depósitos vinculados	9	—	—	249.306
Instrumentos financeiros derivativos	32.1	—	—	12.240
Conta de ressarcimento	10	—	—	5.832
Outros ativos	10	—	—	31.706
Investimentos em controladas e joint ventures	12	2.222.743	—	87.641
Imobilizado, líquido	13	—	—	7.055.469
Intangível, líquido	14	—	—	1.723.533
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.222.743	—	9.703.845
TOTAL DO ATIVO		2.224.277	1	10.919.038

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	15	716	—	273.325
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	—	—	530.867
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	—	—	7.023
Outros tributos a pagar	16	2	—	23.973
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		80	—	919
Provisões para processos judiciais e outros	20	—	—	4.646
Encargos setoriais	21	—	—	12.021
Instrumentos financeiros derivativos	32.1	—	—	6.437
Obrigações de aquisições	22	—	—	116.821
Conta de ressarcimento	23	—	—	189.331
Outras obrigações	23	—	—	44.242
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		798	—	1.209.605
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	—	—	5.401.850
Passivo de arrendamento	18	—	—	102.199
Tributos diferidos	8	—	—	509.204
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	—	—	139.290
Provisões para processos judiciais e outros	20	—	—	84.194
Encargos setoriais	21	—	—	8.437
Instrumentos financeiros derivativos	32.1	—	—	54.224
Obrigações de aquisições	22	—	—	168.751
Conta de ressarcimento	23	—	—	68.761
Outras obrigações	23	—	—	127.436
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		—	—	6.664.346
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado	24	1.000.001	1	1.000.001
Reserva de capital	24.1	339.482	—	339.482
Reserva legal e outros	24.1	547.218	—	547.218
Outros resultados abrangentes	24.1	(112.567)	—	(112.567)
Lucros acumulados		449.345	—	449.345
Subtotal		2.223.479	1	2.223.479
Participação de acionista não controlador				821.608
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.223.479	1	3.045.087
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.224.277	1	10.919.038

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Receita líquida	26	—	—	661.705	1.223.126
Custo de produção e operação de energia	27	—	—	(638.442)	(1.016.880)
LUCRO BRUTO		—	—	23.263	206.246
Gerais e administrativas	28	(1.229)	(2.225)	(62.059)	(117.400)
Outras receitas (despesas) operacionais	29	(94)	(59)	5.171	13.885
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(1.323)	(2.284)	(56.888)	(103.515)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(1.323)	(2.284)	(33.625)	102.731
Receitas financeiras	30	16	21	56.178	70.655
Despesas financeiras	30	(1)	(3)	(166.034)	(297.320)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		15	18	(109.856)	(226.665)
Resultado de equivalência patrimonial		423.783	447.938	(229)	93
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		422.475	445.672	(143.710)	(123.841)
Imposto de renda e contribuição social correntes		—	—	37.363	22.337
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	535.860	557.587
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		—	—	573.223	579.924
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		422.475	445.672	429.513	456.083
Atribuído a acionistas da empresa controladora				422.475	445.672
Atribuído a acionistas não controladores				7.038	10.411
Lucro por ação (em reais)					
Básico		1,05855	1,64181	1,05855	1,64181

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Resultado do período	422.475	445.672	429.513	456.083
Outros resultados abrangentes				
- Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro				
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	(119.824)	(119.824)	(119.824)	(119.824)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	27.920	35.085	—	—
Hedge de fluxo de caixa	—	—	28.030	53.051
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	(110)	(17.966)
Equivalência sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	(13.914)	(27.828)		
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	—	—	(28.307)	(42.163)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	14.393	14.335
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	316.657	333.105	323.695	343.516
Atribuído a acionistas da empresa controladora			316.657	333.105
Atribuído a acionistas não controladores			7.038	10.411

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionista não controlador	Total do patrimônio líquido Consolidado
				Reserva de investimentos	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1	—	—	—	—	1	—	1
Lucro líquido do período		—	—	—	—	445.672	445.672	10.411	456.083
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	24.1	—	—	—	35.085	—	35.085	—	35.085
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Remuneração com base em ações		—	255	—	—	—	255	—	255
Dividendos propostos		—	—	(67.993)	—	(24.155)	(92.148)	—	(92.148)
Redução de capital		—	—	—	—	—	—	(6.307)	(6.307)
<u>Aumento de capital em controladas em conjunto</u>	3	—	—	—	—	—	—	817.504	817.504
<u>Efeitos da reorganização societária</u>									
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	2	1.000.000	377.602	615.211	(119.824)	—	1.872.989	—	1.872.989
Transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	24.1	—	(38.375)	—	—	—	(38.375)	—	(38.375)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	(27.828)	27.828	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2021		1.000.001	339.482	547.218	(112.567)	449.345	2.223.479	821.608	3.045.087

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora	Consolidado
	Notas	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do período		445.672	456.083
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		—	263.650
Variação monetária e cambial		—	(81.826)
Provisão para processos judiciais e outros	20	—	760
Marcação a mercado de derivativos		—	(22.046)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados		—	210.029
Juros sobre passivo de arrendamento	18	—	4.867
Provisão para obrigações com entidade de previdência privada		—	5.251
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		—	(17.153)
Baixa de bens do ativo		—	(524)
Resultado de equivalência patrimonial		(447.938)	(93)
Ganhos na venda de imobilizado	29	—	(5.560)
Tributos e contribuições sociais diferidos		—	(557.587)
Ações e opções de ações outorgadas		—	255
Variação de ativos e passivos operacionais		96.125	213.165
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados		—	(118.927)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	18	—	(4.250)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		—	(39.366)
Pagamento de processos judiciais e outros	20	—	(72)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		—	15.564
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		—	144.616
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		93.859	466.836
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	13 e 14	—	(552.885)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	12	—	(27.200)
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		—	(778.216)
Liquidação de instrumento derivativo - NDF		—	(10.005)
Redução de capital		—	(6.307)
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados		—	(123.779)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		—	3.614
Venda de controlada		—	97.203
Caixa advindo de incorporação de controlada		—	790.994
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		—	(606.581)
Atividades de financiamentos:			
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	17	—	(554.981)
Emissão de ações preferenciais em subsidiárias		—	817.503
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(92.333)	(92.333)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	18	—	(316)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	17	—	(719)
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento		—	4.150

Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(92.333)	173.304
<u>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	1.526	33.559
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.527</u>	<u>33.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora	Consolidado
	30.09.2021	30.09.2021
1. RECEITAS	—	1.830.673
Receita bruta de venda de energia	—	1.361.524
Outras receitas operacionais	—	17.708
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	451.441
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.285)	(1.253.326)
Materiais	—	(222.517)
Serviços de terceiros	(2.225)	(335.566)
Custo da energia comprada e transmissão	—	(694.605)
Outros custos operacionais	(60)	(638)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.285)	577.347
4. RETENÇÕES	—	(254.818)
Depreciação e amortização	—	(254.818)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.285)	322.529
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	447.960	72.056
Equivalência patrimonial	447.938	93
Receitas financeiras	22	71.963
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	445.675	394.585
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	445.675	394.585
Pessoal	—	73.071
Remuneração e encargos	—	54.490
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	—	12.970
Previdência privada	—	1.848
FGTS	—	3.763
Tributos (Governos)	1	(425.388)
Federais	1	(481.714)
Imposto de Renda e Contribuição Social	—	(579.925)
COFINS	1	60.132
PIS	—	26.890
INSS	—	8.789
Encargos sociais - Outros	—	2.400
Estaduais	—	25.435
ICMS	—	23.824
Outros	—	1.611
Municipais	—	129

IPTU	—	123
ISS	—	6
Encargos setoriais	—	30.762
Pesquisa e desenvolvimento	—	9.041
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	7.257
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	14.464
Remuneração de capital de terceiros	2	290.819
Juros	2	289.440
Aluguéis	—	1.379
Remuneração de capitais próprios	445.672	456.083
Lucros retidos	421.517	421.517
Dividendos	24.155	24.155
Participação de acionista não controlador	—	10.411

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada AMETHYSTUS A007.20 PARTICIPAÇÕES S.A., é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia foi constituída em 20 de março de 2020 pelos acionistas Stigma Holdings Participações Ltda. e Kappa Holdings Participações Ltda., que em 14 de outubro de 2020, cederam e transferiram todas as ações da Companhia para a AES Tietê Energia S.A., por quem foi controlada diretamente até 29 de março de 2021.

Em 29 de março de 2021, a Companhia se tornou controladora da AES Tietê por meio de incorporação reversa de ações, conforme detalhado na nota explicativa nº 2. A partir dessa data, a Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

Dados da controlada direta AES Tietê Energia

O início das operações da controlada direta AES Tietê Energia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente AES Tietê Energia S.A.) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A controlada direta AES Tietê Energia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da controlada direta AES Tietê Energia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo original de duração de 30 anos vencendo em 2029 (estendido para 2032, conforme explicado na nota 3), assim como a concessão da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032 (estendido para 2036, conforme explicado na nota 3). Adicionalmente, a controlada direta AES Tietê Energia possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Solar Guaimbê e Complexo Solar Ouroeste, composto pela Planta Solar Boa Hora e Planta Solar Água Vermelha.

1.1 Complexo Eólico Cajuína

Em 18 de março de 2020, foram assinados dois contratos de exclusividade, válidos até agosto e novembro de 2020, para aquisição de até 1.100 MW de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield* localizados no Rio Grande do Norte, nas cidades de Lajes, Angicos, Pedro Avelino e Fernando Pedroza. Esta operação reforça a estratégia da Companhia com foco em energias renováveis e consolida um *pipeline* de projetos renováveis, incluindo o saldo remanescente do Projeto Tucano.

A controlada indireta AES Tietê já concluiu a aquisição de 1.113MW, sendo que o restante continua perseguindo a capacidade instalada para este projeto.

Cajuína Fase 1 (Aquisição Santa Tereza)

Em 25 de agosto de 2020, a controlada direta AES Tietê assinou o *Share Purchase Agreement* (SPA) para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MW. Em 24 de maio de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela controlada indireta Tucano Holding I.

A transação não atendeu a definição de um negócio, conforme análise de concentração de ativos e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 24 de maio de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$118.860, parcialmente pago pela controlada indireta Tucano Holding I aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$29.700. O saldo remanescente, é de R\$89.160, registrado na rubrica de obrigações de aquisições, será pago em três parcelas anuais, com término em 31 de março de 2024, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$118.860 como investimento adquirido pela controlada indireta Tucano Holding I, sendo R\$3.665 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$115.195 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas informações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 14).

Cajuína Fase 2 (Aquisição São Ricardo)

Em 30 de julho de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 14 SPEs com capacidade instalada de 437 MW, localizadas em Maracanaú no Ceará, que compõem a segunda fase projeto Cajuína, chamada São Ricardo, pelo valor total de R\$ 124.202.

A transação não atendeu a definição de um negócio, uma vez que os ativos adquiridos incluem apenas determinados “inputs” necessários para eventualmente operar o negócio e não incluem qualquer força de trabalho ou processos importantes para poder gerar resultados, a Companhia entende que os ativos adquiridos não constituem um negócio, sendo registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 30 de julho de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$124.202, parcialmente pago pela Companhia aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$26.890. O saldo remanescente, é de R\$97.312, registrado na rubrica de obrigações de aquisições, será pago em duas parcelas anuais, com término em 31 de julho de 2024, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$124.202 como investimento adquirido pela controlada indireta Tucano Holding I, sendo R\$2.741 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$121.461 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas informações trimestrais consolidadas (vide nota explicativa nº 14).

Cajuína fase 3 - Aquisição do Complexo Eólico Serra Verde

Em 31 de março de 2021, a controlada direta AES Tietê assinou o *Share Purchase Agreement* (SPA) para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 sociedades de propósito específico que compõem a terceira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamado Serra Verde. Após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, em 19 de julho de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 256MWm pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPEs com 201MWm em estágio avançado e 2 SPEs com 55MWm, que estão em estágio intermediário.

A transação não atendeu a definição de um negócio, uma vez que os ativos adquiridos incluem apenas determinados “inputs” necessários para eventualmente operar o negócio e não incluem qualquer força de trabalho ou processos importantes para poder gerar resultados, a Companhia entende que os ativos adquiridos não constituem um negócio, sendo registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 19 de julho de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$93.050, parcialmente pago pela Companhia aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$31.017. O saldo remanescente, é de R\$62.033, registrado na rubrica de obrigações de aquisições, será pago em duas parcelas anuais, com término em 31 de julho de 2023, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$93.050 como investimento adquirido pela controlada direta Tucano Holding I, sendo R\$2.756 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$90.294 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas informações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 14).

Em 01 de abril de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Indústria de Equipamentos LTDA (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores para a fase 1 (Eólicas Santa Tereza) e fase 2 (Eólicas São Ricardo) do projeto.

1.2 Aquisição dos Complexos Salinas e Mandacarú

Em 23 de dezembro de 2020, a controlada direta AES Tietê Energia assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de sete sociedades de propósito específico que compõem os Complexos Salinas e Mandacarú. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela AES Tietê Energia.

O complexo eólico está localizado em dois locais na costa dos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, regiões mais privilegiadas em recursos eólicos do País, passando a agregar 158,5 MW de capacidade instalada ao portfólio da AES Tietê. Em operação desde 2013, o Projeto está 100% contratado no mercado regulado por um prazo de 20 anos, em contratos de LER 2009 e LEN 2011, a preços de R\$ 269,38/MWh e R\$174,74/MWh, respectivamente.

A transação não atendeu a definição de um negócio, uma vez que os ativos adquiridos incluem apenas determinados “inputs” necessários para eventualmente operar o negócio e não incluem qualquer força de trabalho ou processos importantes para poder gerar resultados, a Companhia entende que os ativos adquiridos não constituem um negócio, sendo registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico-financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As informações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 30 de abril de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$589.102, pagos integralmente na data de fechamento da transação. A contabilização desta aquisição no montante de R\$589.102 como investimento adquirido pela AES Tietê Energia foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$226.517 relacionado ao acervo líquido adquirido, (ii) R\$181.437 relacionado à mais valia de ativo

imobilizado e R\$181.148 relacionado aos direitos de contratos de leilão de energia de reserva. Nas informações contábeis consolidadas, a mais valia e o direitos de contratos de leilões, estão sendo apresentados como Imobilizado e intangível, respectivamente (vide notas explicativas nº 13 e nº 14).

	Valor Contábil	Ajuste	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	159.865	-	159.865
Cauções e depósitos vinculados	20.921	-	20.921
Contas a receber de clientes	15.772	-	15.772
Outros tributos a recuperar	2.258	-	2.258
Outros ativos	4.043	—	4.043
Imobilizado, líquido	515.948	181.437	697.385
Intangível, líquido	-	181.148	181.148
Valor justo dos ativos	718.807	362.585	1.081.392
Fornecedores	(83.238)	-	(83.238)
Encargos sociais e trabalhistas	(2.463)	-	(2.463)
Empréstimos e financiamentos	(332.000)	-	(332.000)
Tributos diferidos	(41.349)	-	(41.349)
Provisões para processos judiciais e outros	(204)	—	(204)
Provisões para desmobilização	(33.036)	-	(33.036)
Valor justo dos passivos	(492.290)	—	(492.290)
Valor justo dos ativos líquidos	226.517	362.585	589.102
Saldo de caixa na aquisição da controlada			159.865
Contraprestação transferida			(589.102)
Caixa líquido por aquisição do Complexos Salinas e Mandacaru			(429.237)

2. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

2.1 AES Brasil Energia - incorporação de ações

Em 23 de novembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral o pedido de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e de listagem no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“Novo Mercado” e “B3”), além da reforma do estatuto social para adequação às normas da CVM e da B3. Em 29 de março de 2021, com o registro na CVM e a listagem da Companhia na B3 aprovada, foi concluída a primeira etapa da reestruturação societária do Grupo AES Brasil (“Reorganização”).

A Reorganização tem como objetivo facilitar a flexibilização da estratégia de crescimento do Grupo AES Brasil por meio da alocação de novos projetos e/ou aquisições em sociedades futuramente controladas pela Companhia, além de permitir maior alavancagem para financiamento.

A primeira etapa da Reorganização foi realizada por meio de incorporação das ações de emissão da AES Tietê por seu valor patrimonial pela AES Brasil, com emissão de 399.106.520 novas ações ordinárias da Companhia aos acionistas da AES Tietê, passando a Companhia, em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da AES Tietê e indiretamente de suas controladas.

Cada ação de emissão da AES Tietê equivale a 0,2 ação de emissão da Companhia, ou seja, foram atribuídas para cada 5 ações de emissão da AES Tietê, independente de classe, sejam elas preferenciais e/ou ordinárias, 1 ação ordinária de emissão da Companhia. Da mesma forma, cada Unit de emissão da AES Tietê foi substituída por 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

Em 29 de janeiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, os termos e condições para que a Reorganização fosse consumada, sujeito às condições suspensivas resumidas abaixo, cumpridas integralmente em 29 de março de 2021. Desta forma, para efeitos fiscais e societários, considera-se que o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia e a AES Tietê foi finalizado nesta última data.

- (i) anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em razão da mudança do controlador direto da Companhia, conforme previsto em seu Contrato de Concessão;
- (ii) obtenção do registro de companhia aberta, categoria “A”, da AES Brasil perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- (iii) aprovação da listagem das ações de emissão da AES Brasil no segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia obteve aprovação da ANEEL em 12 de fevereiro de 2021, conforme Despacho nº 384, anuindo, portanto, com o prazo de 120 dias para conclusão da implementação, contados a partir de 12 de fevereiro de 2021.

A partir de 29 de março de 2021, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob *ticker* AESB3. Dessa forma, a AES Tietê deixou de ser negociada no Nível 2 da B3.

Devido a primeira etapa da Reorganização ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imaterial os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Tietê para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado no Consolidado. Portanto, passou a aplicar o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021.

Após a reorganização, a composição acionária da Companhia reflete os percentuais anteriormente detidos pelos acionistas da AES Tietê, sem diluição e, representada da seguinte forma:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Ordinárias	Participação total em %	Ordinárias	Participação total em %
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	97.190.818	24,35	—	—
AES Holdings Brasil II S.A.	85.097.408	20,68	—	—
AES Tietê Energia S.A.	—	—	500	100,00
BNDESPar	39.554.586	9,91	—	—
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.165.523	7,56	—	—
Outros	147.098.182	37,50	—	—
Ações ordinárias em circulação	399.106.517	100,00	500	100,00
Ações em tesouraria	3	—	—	—
Total das ações ordinárias	399.106.520	100,00	500	100,00

De acordo com o determinado no protocolo de justificação celebrado entre a AES Tietê Energia e a Companhia, a incorporação das ações da AES Tietê acarretou nos seguintes eventos (i) R\$1.000.000 destinado à conta de capital social e (ii) R\$377.602 destinado à conta de reserva de capital. O protocolo também determina que as variações patrimoniais apuradas a partir de 30 de setembro de 2020, Data-Base da incorporação, até a data da conclusão da incorporação, sejam contabilizadas por meio de equivalência patrimonial. Dessa forma, os montantes determinados no protocolo, somados às variações patrimoniais do período, geraram os seguintes efeitos no patrimônio líquido da Companhia:

	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
PL AES Brasil Energia em 31/03/2021 antes da incorporação de ações	1	—	—	—	—	1
Efeitos da incorporação de ações da AES Tietê	1.000.000	377.602	—	—	—	1.377.602
Remuneração com base em ações	—	304	—	—	—	304
Plano de previdência privada - perda atuarial, líquido de impostos	—	—	—	(35.751)	—	(35.751)
Programa de incentivo a aposentadoria (PIA)	—	—	—	(1.717)	—	(1.717)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	—	—	—	(27.844)	—	(27.844)
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	—	—	—	(56.182)	13.914	(42.268)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	—	—	—	1.670	—	1.670
Dividendos intermediários	—	—	—	—	(65.138)	(65.138)
Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020	—	—	573.153	—	—	573.153
Lucro líquido do período findo em 31 de março de 2021	—	—	—	—	92.978	92.978
Alocação do patrimônio líquido incorporado	—	(304)	42.058	—	(41.754)	—
PL AES Brasil Energia em 31/03/2021 após incorporação de ações	1.000.001	377.602	615.211	(119.824)	—	1.872.990

Os ativos e passivos da AES Tietê Energia, considerados na Reorganização, em 31 de março de 2021, é conforme segue:

	AES Tietê Energia
	31.03.2021
ATIVO CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	790.994
Investimentos de curto prazo	841.680
Contas a receber de clientes	280.210
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	41.923
Outros tributos a recuperar	1.575
Cauções e depósitos vinculados	54.532
Outros ativos	67.622
Ativos disponíveis para venda	90.185
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	2.168.721
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
Tributos diferidos	4.417
Cauções e depósitos vinculados	92.521
Outros ativos	44.862
Investimentos em controladas e joint ventures	60.725
Imobilizado, líquido	5.996.204
Intangível, líquido	1.246.487
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.445.216
TOTAL DO ATIVO	9.613.937

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores	121.923
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.005.469
Imposto de renda e contribuição social a pagar	39.061
Outros tributos a pagar	24.474
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	39.295
Provisões para processos judiciais e outros	4.035
Encargos setoriais	17.559
Obrigações de aquisições	228.869
Outras obrigações	128.423
Passivos disponíveis para venda	8.736
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	1.617.844

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.161.820
Passivo de arrendamento	84.698
Tributos diferidos	474.013
Obrigações com benefícios pós-emprego	134.039
Provisões para processos judiciais e outros	77.692
Encargos setoriais	8.904
Obrigações de aquisições e outras obrigações	181.941
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.123.107

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<u>Capital social subscrito e integralizado</u>	474.607
Reserva de capital	142.220
Reservas de lucros	111.794
Lucros a destinar na AGO	573.152
Outros resultados abrangentes	464.322
Lucros acumulados	106.891
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.872.986

TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
9.613.937

Em função da incorporação de ações ter sido finalizada em 29 de março de 2021, o efeito no fluxo de caixa consolidado da Companhia foi considerado em uma única linha, como “Caixa advindo de incorporação de controlada”, no caixa líquido gerado nas atividades de investimentos. A Companhia não utilizou o método predecessor. Dessa forma, somente considera as informações da AES Tietê a partir da data da obtenção do controle.

2.2 AES Brasil Operações - incorporação da AES Tietê

Como passo seguinte da Reorganização, em 12 de maio de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia adquiriu da Cemig II CV (controlada pela The AES Corporation ("AES Corp")), sob uma proposta de reorganização societária, a AES Brasil Operações S.A. (AES Operações).

A contraprestação transferida da aquisição sob controle comum foi de R\$40.500, paga na data de fechamento da transação. A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida como uma transação de capital da seguinte forma: (i) R\$2.125 como investimento adquirido pela AES Tietê Energia,

relacionado ao acervo líquido adquirido e (ii) R\$38.375 como reserva de capital, a mesma foi efetuada com base no valor contábil e a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga foi alocada para o patrimônio líquido.

Ainda, como parte do processo de Reorganização, em 13 de maio de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a incorporação da controlada direta AES Tietê Energia S.A pela controlada indireta AES Operações, cuja realização está prevista para o 4º trimestre de 2021, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no protocolo de justificação.

Em 23 de julho de 2021 a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") deferiu, nos termos do seu Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, o pedido de listagem da controlada indireta AES Operações. e admissão à negociação das ações ordinárias da Companhia no segmento básico da B3. Esse deferimento estava condicionado (i) à obtenção do registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), concedido em 17 de agosto de 2021, como companhia de capital aberto, na categoria "A"; e (ii) a divulgação de Comunicado ao Mercado sobre a conclusão da Reorganização Societária.

A controlada indireta AES Operações acumula saldos históricos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição sobre o lucro líquido, sobre o quais não constituía ativo fiscal diferido devido a ausência de lucro tributável futuro. Entretanto, considerando a reorganização societária, cujo intuito é otimizar a estrutura societária e de capital, de modo que a Companhia e suas controladas consolidem seus investimentos em fontes renováveis, suportando assim sua estratégia de crescimento e diversificação de portfólio, a controlada indireta AES Operações, com a incorporação da controlada direta AES Tietê Energia, passará a ter uma expectativa de lucros tributáveis futuros, razão pela qual, em 30 de setembro de 2021, reconheceu um diferido ativo no montante de R\$532.611. A esse respeito, cabe destacar que a transação tem sua expectativa de conclusão prevista para o 4º trimestre de 2021, mas como o grupo AES detém o controle de todos os aspectos envolvidos para implementá-la, o ativo fiscal diferido foi reconhecido em 30 de setembro de 2021.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas informações contábeis

A divulgação completa sobre a avaliação e acompanhamento do COVID-19 foi detalhada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. Até o período findo em 30 de setembro de 2021, não houve impacto relevante nos resultados financeiros e nas operações da Companhia.

Repactuação do risco hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

Em 09 de dezembro de 2020, com base na análise da Resolução Normativa ANEEL Nº 895 publicada pela ANEEL em 03 de dezembro de 2020, que estabeleceu as regras e metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e oficializou as condições para o cálculo do valor e do período da extensão de concessão, o Conselho de Administração da controlada direta AES Tietê aprovou a aceitação do acordo do GSF no valor mínimo de R\$636.300, assim como a desistência da ação judicial relativa ao GSF, cujo pedido foi protocolado em 23 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico no montante de R\$946.957 foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia feita com base no entendimento da regulamentação final da ANEEL, e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

Em 02 de março de 2021, a CCEE apresentou oficialmente seus cálculos atualizados para a repactuação do risco hidrológico. O cálculo apresentado demonstra um valor total para as usinas da sua controlada direta AES Tietê de R\$982.856, um aumento de R\$35.899, em comparação com a estimativa realizada pela controlada direta AES Tietê em 31 de dezembro de 2020, que foi registrado, no primeiro trimestre, como complemento do intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo. O montante foi convertido pela ANEEL em extensão do prazo da outorga e a controlada direta

AES Tietê passou a ter um direito de extensão média de concessão de 2,7 anos, ante 2,6 anos divulgados anteriormente, o qual está sendo amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, que apesar de tratar da desestatização da Eletrobrás, alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, trazendo nova redação para compensação do risco hidrológico para dois grupos de usinas, aquelas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulado e aquelas denominadas estruturantes. Assim, a determinação modifica apenas o cálculo de valores do GSF para usinas que disponham de comercialização no mercado regulado e tenham repactuado o risco hidrológico ou usinas estruturantes, não havendo perspectiva de mudança do cálculo para os ativos da Companhia.

O entendimento supracitado foi corroborado pela Diretoria Colegiada da ANEEL, que aprovou, em 03 de agosto de 2021, a homologação parcial dos valores de extensão da concessão das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE. Sendo que, para os ativos da Companhia, houve aprovação da homologação total. Com a aprovação, a Companhia solicitou a extensão do prazo em concordância com os valores apresentados na Resolução Homologatória nº 2.919/2021. A extensão do prazo de outorga não altera as taxas de depreciação das usinas e ainda está em processo de definição dos termos da aceitação da extensão da outorga pelo órgão regulador, ANEEL.

Como preconizado pela Resolução Homologatória nº 2.919/2021, para cumprimento ao disposto no § 1º, do art. 7º, da REN nº 895/2020, foram preenchidos os formulários eletrônicos, que deram origem aos Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE para cada usina da Companhia, conforme listadas a seguir:

Empreendimento	Central Elétrica de Geração	Potência Instalada (kW)	Extensão do Prazo (dias)	Nova vigência
ÁGUA VERMELHA	UHE.PH.MG.000041-8.01	1.396.200	963	09/08/2032
BARRA BONITA	UHE.PH.SP.000208-9.01	140.760	893	31/05/2032
BARIRI	UHE.PH.SP.000203-8.01	143.100	947	24/07/2032
EUCLIDES DA CUNHA	UHE.PH.SP.000923-7.01	108.800	920	27/06/2032
CACONDE (GRAMINHA)	UHE.PH.SP.000588-6.01	80.400	883	21/05/2032
IBITINGA	UHE.PH.SP.001097-9.01	131.490	965	11/08/2032
LIMOEIRO	UHE.PH.SP.001328-5.01	32.000	942	19/07/2032
MOGI GUAÇU	PCH.PH.SP.001479-6.01	7.200	925	02/07/2032
NOVA AVANHANDAVA	UHE.PH.SP.001552-0.01	347.400	890	28/05/2032
PROMISSÃO	UHE.PH.SP.002158-0.01	264.000	1.008	23/09/2032
SÃO JOAQUIM	PCH.PH.SP.028826-8.01	3.000	1.267	08/06/2036
SÃO JOSE	PCH.PH.SP.028823-3.01	4.000	1.276	17/06/2036

Adicionalmente, ocorreu em 30 de setembro de 2021 a transferência da concessão objeto do Contrato de Concessão nº 92/1999, bem como das autorizações detidas pela AES Tietê Energia S.A. em favor da AES Operações, dado o processo de incorporação em andamento, vide nota explicativa 2.2.

Acordo de Investimento com Itaú Unibanco S.A.

Em 17 de março de 2021, a controlada direta AES Tietê Energia firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreve novas ações preferenciais, emitidas pela sua controlada direta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação, de geração de energia eólica e solar.

Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a controlada direta AES Tietê Energia e o Itaú efetivaram a transação. Com a subscrição do aumento de capital, no valor de R\$855.000, o Itaú se tornou acionista da Guaimbê Holding. Dessa forma, a AES Tietê Energia passou a deter 1.335.608.832 ações ordinárias, ou 80,10%, e o Itaú 331.818.000 ações preferenciais, ou 19,90% de participação societária.

O montante aportado pelo Itaú na controlada indireta Guaimbê Holding, no valor de R\$855.000 está sendo apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas como atividade de financiamento, pois trata-se de emissão de ações preferenciais de controlada.

Acordo de Investimento com BRF S.A.

Em 16 de agosto de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I firmou um acordo de investimento com a BRF S.A. ("BRF") para a constituição de uma *joint venture (JV)*, tendo por objeto a geração de energia eólica. O Projeto possuirá 160 MW de capacidade eólica instalada, equivalentes a 92 MW médios de energia assegurada a P50, dos quais 80 MW médios serão comercializados por meio de um contrato com prazo de 15 anos ("PPA") com início de vigência em 2024, a ser firmado entre a JV e BRF na data do fechamento da operação, que está prevista para o quarto trimestre de 2021, após o cumprimento das condições precedentes previstas no Acordo.

O Projeto será desenvolvido no Complexo Eólico Cajuína ("Complexo"), no Estado do Rio Grande do Norte, com início da construção previsto para o quarto trimestre de 2021. O CAPEX estimado para o desenvolvimento do parque eólico é de aproximadamente R\$ 825.312.

Venda de ativos de geração distribuída

Em Reunião do Conselho de Administração da controlada direta AES Tietê Energia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente venda de 100% das quotas da controlada indireta AES Tietê Inova e as controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II. Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil. Vide nota explicativa nº 11.

Aquisição de complexos e projetos eólicos

Em 30 de abril de 2021 e 24 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru e do Complexo Eólico Cajuína, respectivamente. Em 19 de julho de 2021 e 30 de julho de 2021 a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição de 21 empresas que irão compor a segunda e terceira fase do Complexo Eólico Cajuína. Vide nota explicativa nº 1.

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 30 de outubro de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021, submetendo-as nesta data à análise do Conselho Fiscal e ao conhecimento do Conselho de Administração.

4.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado da controlada direta AES Tietê Energia ao seu custo atribuído ("*deemed cost*"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos

ativos adquiridos na combinação de negócios e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia e de sua controlada direta AES Tietê Energia, publicadas em 25 de março de 2021 e 24 de fevereiro de 2021 respectivamente. A Companhia não utilizou o método predecessor. Dessa forma, somente considera as informações da AES Tietê a partir da data da obtenção do controle.

4.2 Base de preparação e apresentação

Em 30 de setembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

4.3 Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

4.4 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

(c) Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para o período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas identificaram derivativo embutido em seus contratos, detalhado na nota explicativa nº 32.1.

4.5 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas ou *joint ventures*:

				Participação
Descrição	Atividade	Complexo	Sede	30.09.2021
Controlada direta:				
AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê")	Geração hidroelétrica	Geração hidroelétrica	São Paulo, SP	100%
Controladas indiretas:				
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Igaraporã, BA	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindaí, BA	100%
Guaibê Solar Holding S.A. ("Guaibê Holding")	Holding	Complexo Guaibê	São Paulo, SP	80,1%
Guaibê I Parque Solar Ltda. ("Guaibê I")	Geração solar	Complexo Guaibê	Guaibê, SP	100%
Guaibê II Parque Solar Ltda. ("Guaibê II")	Geração solar	Complexo Guaibê	Guaibê, SP	100%
Guaibê III Parque Solar Ltda. ("Guaibê III")	Geração solar	Complexo Guaibê	Guaibê, SP	100%

Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%
Tucano F1 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F1")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Tucano F2 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F2")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Tucano F3 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F3")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Tucano F4 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F4")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Tucano F5 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F5")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. ("Ventus Holding")	Holding	Complexo Ventus	Curitiba, Paraná	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba")	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	100%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%
MS Participações Societárias S.A.	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Amontada, CE	100%
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%
Santos Energia Participações S.A.	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%
Central Eólica São Cristóvão S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%
Central Eólica São Jorge S.A.	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%
Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%
AES Brasil Operações S.A. ("AES Operações")	Holding	Holding	Bauru, SP	100%
Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 01 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 01")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Fernando Pedroza, RN	100%
Ventos de São Ricardo 02 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 02")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Fernando Pedroza, RN	100%
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 03")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Fernando Pedroza, RN	100%
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 04")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 05 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 05")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 06")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 07 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 07")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 08 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 08")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 09 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 09")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 10")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 11")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 12 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 12")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Ventos de São Ricardo 13 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 13")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%
Serra Verde I Energética S.A. ("Serra Verde I")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%
Serra Verde II Energética S.A. ("Serra Verde II")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%
Serra Verde III Energética S.A. ("Serra Verde III")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%
Serra Verde IV Energética S.A. ("Serra Verde IV")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%
Serra Verde V Energética S.A. ("Serra Verde V")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%
Serra Verde VI Energética S.A. ("Serra Verde VI")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%
Serra Verde VII Energética S.A. ("Serra Verde VII")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%
Veleiros Holding S.A. ("Veleiros")	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%
Potengi Holdings S.A. ("Potengi")	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%

Empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) (i):

Tucano Holdings III S.A. ("Tucano Holding III")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	50%
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F6")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F7")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F8")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%

(i) Os empreendimentos controlados em conjunto não são consolidados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021
Caixa e Equivalentes de caixa			
Numerário disponível	47	1	21.497
Operação compromissada	1.480	—	12.063
Subtotal	1.527	1	33.560
Investimentos de curto prazo			
CDB-DI	—	—	698.111
Conta livre	—	—	3
Subtotal	—	—	698.114
Total	1.527	1	731.674

Os investimentos de curto prazo em 30 de setembro de 2021 estão representados por operações com CDB com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 96,48% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado
	30.09.2021
CIRCULANTE	
Consumidores livres	182.336
Mercado de curto prazo (i)	7.944
Contratos de energia eólicos	46.324
Contratos de energia solares	10.730
Serviços prestados	41
Total	247.375

- (i) Inadimplência causada pelas ações judiciais relacionadas ao GSF impactava todo o mercado de curto prazo. A decisão estabelecida pela Lei nº 14.052/2020 e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, destravou operações não liquidadas no Mercado de Curto Prazo e com isso a maior parte dos créditos em aberto na Companhia e suas controladoras foram liquidados ao longo do período.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Consolidado					Total
	Saldos vencidos	Saldos vencidos				
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	
CIRCULANTE						
Consumidores livres	182.336	—	—	—	—	182.336
Mercado de curto prazo	—	39	—	148	7.757	7.944
Contratos de energia eólicos	46.324	—	—	—	—	46.324
Contratos de energia solares	10.730	—	—	—	—	10.730
Serviços prestados	41	—	—	—	—	41
Total	239.431	39	—	148	7.757	247.375

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora	Consolidado
	30.09.2021	30.09.2021
CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
Imposto de renda	—	43.469
Contribuição social	—	24.847
Imposto de renda retido na fonte	5	8.113
Total	5	76.429
Outros tributos a recuperar		
PIS e Cofins	—	2.897
Outros	—	306
Total	—	3.203
Total	5	79.632

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

		Consolidado
		Balço Patrimonial
		30.09.2021
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:		
Tributos ativos:	Notas	
Prejuízo fiscal e base negativa (i)		545.379
Provisão para participação nos lucros e resultados		3.660
Provisão para processos fiscais		6.980
Provisão para processos trabalhistas		995
Provisão de benefício a empregados		2.027
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		2.027
Provisão para processos cíveis		20.561
Créditos fiscais de ágios incorporados	8.3	82.291
Provisão para fornecedores de materiais e serviços		9.640
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)		10.247
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)		45.331
Ressarcimento de energia		5.500
Variação cambial não realizada		2.841
Outros		3.630
Tributos passivos:		
Ativo imobilizado - custo atribuído		(302.986)
Ativo intangível - uso do bem público		(7.699)
Atualização de cauções e depósitos vinculados		(845)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação		(71.006)
Variação Cambial Ativa Não Realizada		(10.200)
Ativo intangível - GSF		(312.615)
Outros		(6.844)
Ativo fiscal diferido, líquido		28.914
Apresentação no balanço patrimonial		
Tributos diferidos do ativo não circulante		538.117
Tributos diferidos do passivo não circulante		(509.203)
Total		28.914

(i) Em 30 de setembro de 2021, houve reconhecimento de diferido ativo na controlada direta AES Operações, no montante de R\$532.611, conforme detalhado na nota explicativa de reorganização societária nº 2.

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	30.09.2021		
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)
AES Tietê Energia	187.539	(646.382)	(458.843)
AES Brasil Operações	532.611	—	532.611
AES Tietê Integra	1.891	—	1.891
AES Tietê Inova	—	—	—
Tucano H. I	2.560	(7.801)	(5.241)
Ametista	824	(78)	746
Araças	566	(98)	468
Borgo	65	(100)	(35)
Caetite	198	(146)	52
Da Prata	88	(73)	15
Dourados	713	(75)	638
Espigão	124	(50)	74
Maron	457	(82)	375
Morrão	268	(117)	151
Pelourinho	125	(68)	57
Pilões	580	(76)	504
Seraíma	396	(109)	287
Serra do Espinhaço	80	(78)	2
Tanque	145	(89)	56
Ventos do Nordeste	—	(212)	(212)
AGV IV	36	(17)	19
AGV V	123	(30)	93
AGV VI	108	(30)	78
Boa Hora 1	—	(97)	(97)
Boa Hora 2	—	(111)	(111)
Boa Hora 3	—	(109)	(109)
Guaimbê I	52	(52)	—
Guaimbê II	—	(60)	(60)
Guaimbê III	—	(94)	(94)
Guaimbê IV	—	(65)	(65)
Guaimbê V	—	(79)	(79)
Guaimbê Holding	—	(2.017)	(2.017)
Brasventos Eolo	115	(1.445)	(1.330)
Rei dos Ventos 3	245	(1.548)	(1.303)
Brasventos Miassaba 3	187	(1.656)	(1.469)
Bela Vista	667	(8.509)	(7.842)
Embuaca	2.662	(8.873)	(6.211)
Icaraí	1.467	(4.891)	(3.424)
Mar e Terra	533	(7.938)	(7.405)
Santo Antônio de Pádua	1.239	(4.129)	(2.890)
São Cristóvão	2.312	(7.706)	(5.394)
São José	2.131	(7.103)	(4.972)
Consolidado	741.107	(712.193)	28.914

8.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado
	30.09.2021
Prejuízos fiscais	846.851
Base negativa de contribuição social	851.928
Diferenças temporárias	20.887

Em 30 de setembro de 2021, inclui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$262.421 e R\$267.498 respectivamente, da controlada indireta adquirida AES Brasil Operações e prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$551.359 da controlada indireta Tietê Eólica.

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

Estimativa de recuperação de créditos

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado em 30 de setembro de 2021 devido à reorganização societária descrita na nota explicativa nº 1:

Controladora e Consolidado	
Tributos e contribuições sociais diferidos	
2022	11.514
2023	25.439
2024	28.282
2025	29.317
2026	37.310
2027 a 2028	41.644
2029 a 2032	359.105
Total	532.611

8.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta AES Tietê Energia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta AES Tietê Energia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de

ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período.

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da controlada direta AES Tietê Energia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

		Consolidado		
		30.09.2021		
	Notas	Ágio	Provisão	Valor Líquido
<u>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</u>				
Saldos oriundos da incorporação		319.564	(210.912)	108.652
Amortização acumulada		(173.318)	114.390	(58.928)
Subtotal		146.246	(96.522)	49.724
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação		808.304	(541.564)	266.740
Amortização acumulada		(720.465)	482.485	(237.980)
Subtotal		87.839	(59.079)	28.760
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Saldos oriundos da incorporação		82.420	(54.397)	28.023
Amortização acumulada		(71.223)	47.007	(24.216)
Subtotal		11.197	(7.390)	3.807
Total	8.1	245.282	(162.991)	82.291

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

		Consolidado
		30.09.2021
	Notas	
<u>CIRCULANTE</u>		
Garantias de compromissos contratuais		796
Garantias de financiamento (i)		40.935
Subtotal		41.731
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Garantias de financiamento (i)		227.649
Cauções e depósitos vinculados	20	21.657
Subtotal		249.306
Total		291.037

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que destinam-se aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida da Companhia, do Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus e Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, nos montantes de R\$26.244, R\$39.990, R\$55.685 e R\$146.665, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, devem ser aplicados, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas

contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média consolidada de 98,48% do CDI.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados no período findo em 30 de setembro de 2021 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—
Efeito da aquisição da AES Tietê Energia	147.053
Efeito da aquisição do Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	130.944
Adições (i)	145.354
Atualização monetária	3.473
Baixas e resgates (ii)	(135.787)
Saldo em 30 de setembro de 2021	291.037

- (i) As adições no montante de R\$22.702 referem-se principalmente às garantias de financiamento da 8ª emissão de debêntures da AES Tietê Energia R\$26.028 refere-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II, R\$49.458 do Complexo Eólico Ventus e R\$47.166 do Complexo Salinas e Mandacaru.
- (ii) Os resgates, no montante de R\$33.161, referem-se, principalmente, aos resgates de garantias de financiamento da 8ª emissão de debêntures. Referem-se também, a resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II, no montante de R\$27.644, Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$45.819 e Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, no montante de R\$29.163.

10. OUTROS ATIVOS

	Notas	Controladora		Consolidado
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021
Conta de ressarcimento	10.a	—	—	19.141
Outros ativos	10.b	2	—	87.370

10.a Ressarcimento ativo:

Ressarcimento ativo

Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos, sendo ambos têm como contrapartida a rubrica de "Receita operacional". Em 30 de setembro de 2021, o ativo de ressarcimento no circulante e não circulante representam R\$ 13.309 e R\$ 5.832, respectivamente.

10.b. Outros ativos:

		Controladora	Consolidado
	Notas	30.09.2021	30.09.2021
CIRCULANTE			
Almoxarifado		—	29.880
Despesas pagas antecipadamente		—	9.864
Indenização de seguro a receber		—	1.174
Contas a receber sobre venda de participação acionária (i)		—	1.637
Adiantamentos sobre aquisição de projeto			1.485
Outros ativos a receber de partes relacionadas	31		4.285
Adiantamento a empregados			1.881
Outros		2	5.458
Subtotal		2	55.664
NÃO CIRCULANTE			
Indenização de seguro a receber		—	8.453
Despesas pagas antecipadamente		—	5.046
Imposto de renda		—	2.944
Contas a receber de partes relacionadas	31	—	2.411
INSS		—	1.762
ICMS			1.390
Tributos diferidos sobre ressarcimento (ii)			6.514
Outros		—	3.186
Subtotal		—	31.706
Total		2	87.370

(i) Refere-se à venda de 50% de participação acionária indireta da Tucano Holding III S.A. para a Unipar.

(ii) Refere-se a Pis e Cofins sobre ressarcimento de eólicas e solares.

11. VENDA DE ATIVOS DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Em Reunião do Conselho de Administração da AES Tietê Energia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil através da venda de 100% das quotas da AES Tietê Inova e suas controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II.

Considerando que o ativo estava disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos habituais e costumeiros para transações dessa natureza e, a venda ser altamente provável em até um ano, ativos e passivos das controladas indiretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II estavam apresentados como ativos não circulantes mantidos para venda.

Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, sendo o risco e os benefícios da propriedade transferida para a Compradora, nesta data. Dessa forma, em 11 de junho de 2021, foi feita a desconsolidação dos ativos e passivos dessas controladas, sendo a demonstração de resultados da controlada direta AES Tietê Energia impactada pelo método de equivalência patrimonial até a essa data.

O valor da contraprestação recebida foi no montante de R\$100.695, sendo R\$66.656 pagos pelos compradores na data de fechamento da transação, e R\$34.039 foram retidos (R\$35.104 atualizados até 30 de setembro de 2021), sujeitos ao cumprimento de condições pós fechamento, pois referem-se a

obrigações contratuais, ambientais, patrimoniais e técnicas. O ganho na venda de controlada, líquido dos custos de venda, no montante de R\$2.798, foi no montante de R\$9.644. A Companhia espera receber esses valores em até 9 meses da data do *closing*. Em função da venda não ser considerada relevante para a Companhia, o ganho e perda foi apresentado na rubrica de outras receitas operacionais e não como uma operação descontinuada. Abaixo, segue um resumo da transação de venda.

(+) Contraprestação recebida	100.695
(-) Valor contábil dos ativos vendidos em 11 de junho de 2021	(88.253)
(-) Custos de venda	(2.798)
Ganho na venda de controlada	9.644

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

	Controladora	Consolidado
	30.09.2021	30.09.2021
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	2.222.743	87.641
Total	2.222.743	87.641

Controlada	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do período (01.04.2021 a 30.09.2021)
AES Tietê Energia S.A	1.995.532.616	100%	684.948	2.222.743	447.938
				2.222.743	447.938

Devido à reorganização ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imaterial os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Tietê para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado do Consolidado. Portanto, aplicou o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021. Vide nota explicativa nº 2.

A movimentação dos investimentos no para o período findo em 30 de setembro de 2021 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	—
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	1.872.989
Equivalência patrimonial	447.938
Remuneração com base em ações	255
Dividendos	(95.148)
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	(38.375)
Derivativos	35.084
Saldo em 30 de setembro de 2021	2.222.743

Empreendimento controlado em conjunto (“*Joint Venture*”)

A controlada direta AES Tietê Energia possui 50% de participação indireta Tucano Holding III, empreendimentos, que está em fase de construção, controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”) com a

Unipar Carbocloro S.A. Em 30 de setembro de 2021, as informações contábeis intermediárias consolidadas dos empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) estão apresentadas abaixo:

	Tucano Holding III
Ativo circulante	2.027
Ativo não circulante	204.566
Passivo circulante	15.361
Passivo não circulante	15.948
Valor do patrimônio líquido	175.282
Depreciação e amortização	635
Receita de juros	417
Despesa de juros	(15)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(129)
Prejuízo do período	(193)
Resultado abrangente total	(193)
Percentual de participação	50%
Quantidade de quotas/ações do capital social	176.935.022

A movimentação de investimentos da *Joint Venture* é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	—
Efeito da aquisição da AES Tietê Energia	60.780
Equivalência patrimonial	(339)
Aumento de capital	27.200
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>87.641</u>

13. IMOBILIZADO

A controlada direta AES Tietê Energia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador e os preceitos do laudo de avaliação elaborado para fins de determinação do custo atribuído na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos. Consequentemente, os valores residuais dos ativos hídricos do imobilizado da controlada direta AES Tietê Energia resultam da aplicação das vidas úteis definidas e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base no melhor julgamento da administração da Companhia, inclusive amparado em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Os bens do ativo imobilizado da controlada direta AES Tietê Energia foram avaliados ao custo atribuído (“deemed cost”) na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, em 1º de janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído. A depreciação é calculada pelo método linear, por componente e com base nas taxas determinadas pela ANEEL. A controlada direta AES Tietê Energia e suas controladas acompanham e revisam pelo menos uma vez ao ano o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado				
30.09.2021				
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	414.368	—	414.368
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.932.526	(2.162.598)	769.928
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,9%	854.299	(536.821)	317.478
Máquinas e equipamentos	3,6%	6.283.853	(1.543.199)	4.740.654
Veículos	14,3%	10.267	(6.867)	3.400
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.605	(4.765)	2.840
Imobilizado em serviço		10.502.918	(4.254.250)	6.248.668
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	—	2.099
Imobilizado em curso (i)		708.776	—	708.776
Bens vinculados às concessão e autorizações		11.213.793	(4.254.250)	6.959.543
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	9.999	(2.604)	7.395
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	98.040	(9.509)	88.531
Total Imobilizado		11.321.832	(4.266.363)	7.055.469

(i) O Ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas e construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores referente a pagamentos iniciais para montagem dos aerogeradores. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 30 de setembro de 2021 representa um montante de R\$76.911, líquido de depreciação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

	Consolidado											
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Efeito da aquisição da AES Tietê Energia	Aquisição Complexo Eólico MS e Santos	Aquisição Complexo Eólico Cajuína	Mais valia na aquisição de ativos	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Venda de ativos de geração distribuída	Saldo em 30 de setembro de 2021
Terrenos	—	414.284	50	—	—	34	—	—	—	—	—	414.368
Reservatórios, barragens e adutoras	—	2.932.388	—	—	—	—	—	(66)	204	—	—	2.932.526
Edificações, obras civis e benfeitorias	—	754.090	99.235	—	—	—	—	—	974	—	—	854.299
Máquinas e equipamentos	—	5.700.508	349.945	181.437	875	31.158	—	—	25.165	—	(5.235)	6.283.853
Veículos	—	9.686	242	—	—	—	—	—	339	—	—	10.267
Móveis e utensílios e outros	—	7.336	269	—	—	—	—	—	—	—	—	7.605
Imóveis destinados a uso futuro	—	2.099	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.099
Imobilizado em curso	—	152.276	28.537	—	5.919	519.496	—	(1.891)	(26.682)	26.659	4.462	708.776
Direito de uso de sede administrativa	—	8.698	—	—	—	1.301	—	—	—	—	—	9.999
Direito de uso de terreno arrendado	—	79.574	17.565	—	—	901	—	—	—	—	—	98.040
Subtotal	—	10.060.939	495.843	181.437	6.794	552.890	—	(1.957)	—	26.659	(773)	11.321.832
Depreciação/Amortização	—	(4.064.735)	—	—	—	(203.546)	(563)	2.429	—	—	52	(4.266.363)
Total líquido	—	5.996.204	495.843	181.437	6.794	349.344	(563)	472	—	26.659	(721)	7.055.469

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 30 de setembro de 2021, os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

	Consolidado
	30.09.2021
Concessão	2.521.290
Autorizações	4.436.154
Imóveis destinados a uso futuro	2.099
Total	6.959.543

14. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	30.09.2021			
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(63.400)	919.456
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(50.530)	22.644
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,9%	543.030	(32.331)	510.699
Direito de exploração de autorização (iv)	3,0%	139.616	(4.094)	135.522
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,4%	19.073	(2.679)	16.394
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	2,9%	63.523	(2.874)	60.649
Software e outros intangíveis	20,1%	112.661	(54.492)	58.169
Total		1.933.933	(210.400)	1.723.533

- (i) Refere-se à extensão de concessão registrada pela controlada direta AES Tietê em dezembro de 2020. Em 09 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei nº14.052/2020 que regulamentou os termos e condições para repactuação do risco não hidrológico causado pelo GSF. A lei ofereceu aos geradores uma prorrogação da concessão para compensar impactos anteriores não hidrológicos do GSF cobrados entre março de 2012 até agosto de 2019. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a controlada direta AES Tietê reconheceu um intangível, no montante de R\$946.957 em contrapartida à rubrica de Custo dos produtos e serviços vendidos, linha mercado de curto prazo. Posteriormente, em março de 2021, após a CCEE apresentar os cálculos finais, a controlada direta AES Tietê constituiu um novo montante, no valor de R\$35.899, totalizando R\$982.856, o qual está sendo amortizado pelo método linear a partir de 01 de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Vide nota 3.
- (ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem

prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Cajuína, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização
- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adições (i)	—	—	392.903	115.195	—	—	9.251	(9)	517.340
Efeito da aquisição da AES Tietê Energia	961.723	23.689	128.567	22.096	16.716	61.557	19.611	12.528	1.246.487
Efeito da aquisição do Complexo MS e Santos	—	—	—	—	—	—	—	19.202	19.202
Venda de ativos de geração distribuída	—	—	46	—	—	—	18	(19)	45
Baixas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações	(42.267)	(1.045)	(10.817)	(1.769)	(322)	(908)	—	(2.413)	(59.541)
Transferências	—	—	—	—	—	—	954	(954)	—
Saldo em 30 de setembro de 2021	919.456	22.644	510.699	135.522	16.394	60.649	29.834	28.335	1.723.533

(i) inclui direitos contratuais dos Complexos Salinas e Mandacaru, no montante de R\$181.148, direitos contratuais de São Ricardo, no montante de R\$121.461, Direitos contratuais de Serra Verde, no montante de R\$90.294 e direito de exploração de autorização Santa Tereza, no montante de R\$115.195, totalizando R\$508.098. Vide nota explicativa nº 1.

15. FORNECEDORES

		Controladora	Consolidado
	Notas	30.09.2021	30.09.2021
CIRCULANTE			
Energia elétrica comprada para revenda		—	126.041
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		—	14.205
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		—	4.325
Subtotal		—	144.571
Materiais e Serviços		716	110.915
Serviços - partes relacionadas	31	—	17.839
Total		716	273.325

As controladas da Companhia possuem contratadas 37 cartas de fiança, no valor total de R\$ 16.194 e 59 seguros garantia, no valor de R\$ 428.968, totalizando uma importância segurada de R\$445.162, com custo de 0,22% a 1,95% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT). Os seguros garantia devem-se, principalmente, às garantias de compra de energia relacionado às aquisições do Complexo Eólico Cajuína.

16. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora	Consolidado
	30.09.2021	30.09.2021
CIRCULANTE		
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>		
Imposto de renda	—	4.458
Contribuição social	—	2.565
Total	—	7.023
<u>Outros tributos a pagar</u>		
INSS	—	3.121
PIS e Cofins	1	8.267
ICMS	—	3.768
IRRF	—	3.522
CIDE	—	1.805
Outros	1	3.490
Total	2	23.973

A Companhia, sua controlada direta AES Tietê Energia e suas controladas indiretas Tietê Integra, Tietê Eólica, Guaimbê Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II, Tucano Holding III, Ventus Holding, SPEs de Tucano, MS Participações Societárias, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra, Santos Energia Participações, Santo Antonio de Pádua, São Cristóvão, São Jorge e e Serra Verde I, II, III, IV, V, Vi e VII , são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa.

Por sua vez, as controladas indiretas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Guaimbê Holding, Tucano Holding I, Tucano F1 e Tucano Holding III, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações. A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPEs dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II, Guaimbê e Ventus (Brasventos EOLO, Brasventos Miassaba 3 e Rei dos Ventos 3) é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa, enquanto que as empresas do Complexo Cajuína estão sob o regime de competência.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

17.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

			Consolidado							
			30.09.2021							
			Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	11.442	—	(1.169)	10.273	223.167	(896)	222.271	232.544
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	12.022	—	(466)	11.556	388.502	(550)	387.952	399.508
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	6.179	375.000	(1.140)	380.039	375.000	(318)	374.682	754.721
8ª Emissão	2030		IPCA + 7,50%	4.925	17.076	(1.377)	20.624	201.553	(7.438)	194.115
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	3.889	—	(428)	3.461	1.380.000	(2.015)	1.377.985	1.381.446
9ª Emissão (2ª Série)	2029		IPCA + 5,62%	1.473	—	(2.753)	(1.280)	731.848	(21.934)	709.914
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	5.255	—	(768)	4.487	204.238	(6.157)	198.081	202.568
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	1.330	24.696	(254)	25.772	34.799	(825)	33.974	59.746
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	1.533	15.737	(242)	17.028	50.584	(786)	49.798	66.826
Subtotal			48.048	432.509	(8.597)	471.960	3.589.691	(40.919)	3.548.772	4.020.732
Empréstimos e Financiamentos										
BNDES - Complexo Ventus	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	643	26.542	(68)	27.117	188.004	(479)	187.525	214.642
BNB - Complexos Salinas e Mandacaru	2030	2,55% (pré)	3.080	9.716	(1.245)	11.551	147.142	(13.611)	133.531	145.082
BNDES - Complexos Salinas e Mandacaru	2030		TJLP + 1,66% a 2,45%	535	20.935	(1.231)	20.239	166.089	(11.296)	154.793
Subtotal			4.258	57.193	(2.544)	58.907	501.235	(25.386)	475.849	534.756
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	—	—	—	—	628.725	—	628.725	628.725
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	—	—	—	—	748.504	—	748.504	748.504
Subtotal			—	—	—	—	1.377.229	—	1.377.229	1.377.229
Total da dívida			52.306	489.702	(11.141)	530.867	5.468.155	(66.305)	5.401.850	5.932.717

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação, líquido de operações de derivativos relacionadas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

17.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	—	—	—
Efeito da aquisição da AES Tietê Energia	3.944.330	753.611	1.469.348	6.167.289
Efeito da aquisição do Complexo Salinas e Mandacaru	—	332.000	—	332.000
Encargos financeiros	109.179	15.701	14.774	139.654
Variação cambial	—	—	(100.158)	(100.158)
Variação monetária	82.884	—	8.040	90.924
Pagamento de principal	(28.635)	(526.346)	—	(554.981)
Pagamento de encargos financeiros	(91.251)	(41.376)	(14.775)	(147.402)
Diferimento custos de transação	(150)	(569)	—	(719)
Amortização custos de transação	4.375	1.735	—	6.110
Saldo em 30 de setembro de 2021	4.020.732	534.756	1.377.229	5.932.717

17.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Subsidiárias	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
AES Tietê Energia	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	232.544	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
AES Tietê Energia	6ª Emissão (2ª série)	317.620	15/4/2017	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	399.508	Abril de 2023 Abril de 2024	pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª
AES Tietê Energia	7ª Emissão (2ª série)	750.000	15/2/2018	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	754.721	Fevereiro de 2022 Fevereiro de 2023	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
AES Tietê Energia	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/5/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	214.739	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
AES Tietê Energia	9ª Emissão Debêntures (1ª série)	2200000	15/3/2019	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.381.446	Março de 2026 Março de 2027	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
	9ª Emissão Debêntures (2ª série)			IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	708.634	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementaç
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	202.568	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	dos projetos Guaimbê e AGV
AES Tietê Energia	Scotiabank 4131 (1ª série)	600.000 USD 116.122	29/12/2020	USD + 1,63%	Trimestral	Dezembro 2024 e Dezembro 2025	628.725	Dezembro de 2025	Reforço de capital de giro
AES Tietê Energia	Scotiabank 4131 (2ª série)	800.000 USD 138.169	31/3/2021	USD + 1,78%	Semestral	Março 2025 e Março 2026	748.504	Março de 2026	Reforço de capital de giro
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutur a	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	59.746	Dezembro de 2025	Financiament o dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)			66.826		
Complexo Ventus	BNDES	235.169	3/10/2012	TJLP + 2,51% e 2,71%	Mensal	Mensal	214.642	Outubro de 2029	Financiament o dos parques do Complexo Ventus
Complexo Eólico Mandacaru e Salinas	BNDES (MS e Santos)	295.800	16/07/2013 (MS) 14/04/2014 (Santos)	TJLP + 1,66%, 1,76% e 1,88% (MS) TJLP + 2,45% (Santos)	Mensal	Mensal	175.032	Maio, Outubro e Novembro de 2029 (MS) Dezembro de 2030 (Santos)	Financiament o dos parques do Complexos Salinas e Mandacaru
	BNB (MS)	198.500	27/5/2013	2,55 (pré)	Semestral	Semestral	145.082	Maio de 2030, 2031 e 2033	

(i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2021, foi aprovada a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, no valor total de R\$800.000, sem garantias e prazo

de 5 anos, sendo 75% pago no final do 4º ano e 25% ao final do 5º ano. Taxa fixa em dólar de USD + 1.78% a.a equivalente a até CDI + 1,48% a.a., devido a operação de swap contratado. Vide nota explicativa nº 32.1.

A controlada direta AES Tietê contratou operações de swap de câmbio para se proteger da exposição à variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira, vide outras informações nota 32.1.

17.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Consolidado	
	30.09.2021	
	R\$	%
Moeda nacional		
CDI	2.140.068	35,61
IPCA	1.930.180	32,12
TJLP	402.748	6,70
Pré-fixado	159.938	2,66
Moeda estrangeira		
Dólar	1.377.229	22,91
Total	6.010.163	100,00

17.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado				
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total
2022	139.520	17.157	—	(3.360)	153.317
2023	724.457	58.576	—	(10.408)	772.625
2024	236.848	59.591	314.362	(10.098)	600.703
2025	40.444	60.912	813.365	(9.954)	904.767
2026	713.174	62.236	249.502	(10.156)	1.014.756
2027 em diante	1.735.248	242.763	—	(22.329)	1.955.682
	3.589.691	501.235	1.377.229	(66.305)	5.401.850

17.6 Indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	30.09.2021
CDI (índice do último dia útil do período)	6,15%
TJLP (índice do último dia útil do período)	4,88%
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	10,25%
Dólar (taxa do último dia útil do período)	5,44

17.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seus índices financeiros.

Objetivo	Covenant
Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$
Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - 8ª emissão	ICSD: $\geq 1,2x$
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES - Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas e Complexo Ventus e BNB - Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	ICSD: $\geq 1,3x$

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (284 contratos) e aluguéis de sedes administrativas (2 contratos), com vigência até 2051. A controlada direta AES Tietê Energia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

	Notas	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020		—
Efeito da incorporação reversa da AES Tietê Energia	1	86.359
Ingressos		2.202
Efeito da aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru		16.004
Encargos financeiros		4.867
Pagamento de encargos financeiros		(4.250)
Pagamento de principal		(316)
Venda de ativos de geração distribuída	11	7
Saldo em 30 de setembro de 2021		104.873

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Notas	Consolidado
CIRCULANTE		
2021		622
2022		2.052
Subtotal	23	2.674
NÃO CIRCULANTE		
2022		731
2023		3.087
2024		3.360
2025		3.657
2026		3.980
2027 em diante		87.384
Subtotal		102.199
Total		104.873

A controlada direta AES Tietê patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada direta AES Tietê.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 8,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

A controlada direta AES Tietê possui Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), previsto em seu acordo coletivo. O aderente ao PIA receberá os seguintes benefícios: (i) indenização variável equivalente a 0,3 do último salário base por ano de trabalho prestado à controlada direta AES Tietê, limitado a 10 salários (ii) 12 meses de auxílio alimentação (VA/VR); (iii) 18 meses de assistência médica hospitalar e odontológica aos empregados e seus dependentes diretos e (iv) multa de 40% do FGTS.

Abaixo, seguem as principais movimentações dos planos:

Passivo atuarial

	Consolidado
	30.09.2021
Valor presente das obrigações atuariais	615.948
Valor justo dos ativos do plano	(488.968)
Subtotal passivo registrado com previdência privada	126.980
Valor presente das obrigações atuariais	12.310
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria	12.310
Total das obrigações com benefícios pós-emprego	139.290

Movimentação do passivo atuarial

	Consolidado
	30.09.2021
Saldo no início do período	134.039
Despesa do período da obrigação com previdência privada	4.502
Despesa do período da obrigação com PIA	749
Saldo no final do período	139.290

Despesas reconhecidas no resultado do período

	Consolidado	
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Custo dos juros	11.096	22.193
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(8.846)	(17.691)
Subtotal das despesas benefício definido	2.250	4.502
Contribuição definida	712	1.460
Total da despesa com entidade de previdência privada	2.962	5.962
Custo dos serviços correntes	194	388
Custo dos juros	180	361
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria	374	749
Total das despesas com benefícios pós-emprego	3.336	6.711

20. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado	
	Passivo	Ativo
	Provisão para processos judiciais e outros	Cauções e depósitos vinculados
	30.09.2021	30.09.2021
Trabalhista (a)	2.927	128
Meio ambiente (b)	2.592	—
Regulatório (c)	55.620	—
Fiscal (d)		
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.104	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	16.539	16.555
Cível (e)	5.058	80
Total	88.840	16.763
Circulante	4.646	
Não Circulante	84.194	
Total	88.840	

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$ 21.657 em 30 de setembro de 2021, de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

Consolidado				
30.09.2021				
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	128	110	1.064	1.302
Fiscal	16.555	—	—	16.555
Cível	80	40	—	120
Imobiliárias	—	3.680	—	3.680
	16.763	3.830	1.064	21.657

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

Consolidado						
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	—	—	—	—	—
Efeito da incorporação reversa da AES Tietê Energia	2.328	2.599	50.102	22.248	4.450	81.727
Provisão	632	13	—	58	107	810
Efeito da aquisição do Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	—	—	—	—	204	204
Atualização monetária	43	—	5.518	337	323	6.221
Reversão de provisão	(30)	(20)	—	—	—	(50)
Pagamentos	(46)	—	—	—	(26)	(72)
Saldo em 30 de setembro de 2021	2.927	2.592	55.620	22.643	5.058	88.840

- (a) **Trabalhistas:** Existem 74 processos de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 16 processos. Em 30 de setembro de 2021, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$2.927.

A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 105 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada direta AES Tietê no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Tietê avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 95 demandas, já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada direta AES Tietê e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$ 2.592.

A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

- (c) **Regulatório:** Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Tietê como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Tietê teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos

das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Tietê restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Tietê apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Tietê, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de setembro de 2021 corresponde a R\$55.620.

A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a controlada direta AES Tietê foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Tietê avaliaram que de um total de R\$134.516 envolvidos na discussão, R\$6.104 são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2022.

(d.2) A controlada direta AES Tietê discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a controlada direta AES Tietê estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A controlada direta AES Tietê registrou provisão que, atualizada até 30 de setembro de 2021, corresponde a R\$16.539 e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$16.555. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a controlada direta AES Tietê efetuou provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em Dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2021.

20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta AES Tietê está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Tietê e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Consolidado
	30.09.2021
Meio ambiente (a)	Não determinado
Cível (b)	117.306
Regulatório (c)	55.620
Fiscal (d)	696.940
Total	869.866

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas de sua controlada direta AES Tietê, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Tietê, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Tietê se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a controlada direta AES Tietê apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Tietê informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Tietê foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Tietê apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Tietê avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a controlada direta AES Tietê apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/ impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a controlada direta AES Tietê possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Tietê, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio

Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Tietê: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Tietê recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Tietê e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

- (b.1) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Tietê, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a controlada direta AES Tietê, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a controlada direta AES Tietê apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Tietê terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$11.055, atualizado até 30 de setembro de 2021.

- (b.2) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A". Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1ª instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento à apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração. Em 10 de junho de 2021 foi proferida a decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo MGT. Em face dessa decisão foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Tietê terá que desembolsar o valor estimado de R\$9.088, atualizado até 30 de setembro de 2021.

- (b.3) Em outubro de 2019, teve início a arbitragem movida pelos fornecedores de painéis fotovoltaicos da construção do Complexo Solar Guaimbê em face da Cobra do Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra do Brasil") e as SPEs do Complexo Solar Guaimbê. Em maio de 2017, as partes assinaram contrato de fornecimento de painéis fotovoltaicos às SPEs. Em razão do descumprimento de condições do contrato de fornecimento, as SPEs retiveram 10% do valor total do contrato, no valor de R\$28.497 e, em outubro de 2018, a Cobra do Brasil executou a garantia de performance no total de R\$28.497, em face das Guaimbês. Pela arbitragem, os fornecedores objetivam a cobrança de R\$56.988, sendo (i) R\$28.494 referente às multas aplicadas pelas SPEs pelas entregas atrasadas e (ii) R\$28.494 referente ao ressarcimento da garantia de performance de US\$5.204. Em agosto de 2021, foi proferida decisão parcialmente favorável às SPEs e a Cobra do Brasil, através da qual o Tribunal Arbitral entendeu pela legitimidade da retenção dos valores por conta dos atrasos na entrega dos painéis solares. No entanto, concluiu que os valores

relativos a garantia de performance deveriam ser restituídos a BYD, com o acréscimo de juros de 1% ao mês. Ainda, nos termos do SPA assinado entre Cobra do Brasil e AES, ficou consignado que a responsabilidade pelo pagamento de eventual condenação advinda desta arbitragem seria da Cobra do Brasil. Neste sentido, a AES operacionalizou a restituição da garantia de performance à BYD e a Cobra do Brasil arcou com o pagamento dos juros fixados na sentença arbitral. Sendo assim, a discussão relativa a esta arbitragem encontra-se encerrada.

(b.4) Processo Aneel: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 70.266, atualizado até 30 de setembro de 2021, em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda. Prognóstico de perda: Possível.

(c) Regulatório:

(c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da controlada direta AES Tietê de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a controlada direta AES Tietê não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada direta AES Tietê recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela controlada direta AES Tietê. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a controlada direta AES Tietê aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em Maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a controlada direta AES Tietê Energia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020, foi realizada a reversão total da provisão no valor de R\$54.368 (valor maio de 2020), sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial. O processo continua em andamento. Em que pese não existir mais provisão relativa ao caso em questão, em 30 de setembro de 2021, o montante em discussão totaliza a importância de R\$55.620.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 20.1 sendo estimado como perda possível R\$128.412 de um total de R\$134.516. Em 19 de abril de 2017, a controlada direta AES Tietê foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 30 de setembro de 2021 em R\$51.202. Em 27 de abril de 2017, a controlada direta AES Tietê interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2022. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela controlada direta AES Tietê

perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da controlada direta AES Tietê, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2022.

- (d.2) Auto de infração - ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$162.695 atualizado até 30 de setembro de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada direta AES Tietê. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Tietê recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Tietê opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Tietê recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Tietê ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Tietê opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Tietê em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a controlada direta AES Tietê opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Tietê. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.
- (d.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada direta AES Tietê, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à controlada direta AES Tietê. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de setembro de 2021 é de R\$9.723.
- (d.4) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a controlada direta AES Tietê, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a

controlada direta AES Tietê interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da controlada direta AES Tietê. Em face desta decisão, a controlada direta AES Tietê interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da controlada direta AES Tietê, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a controlada direta AES Tietê apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2021 é de R\$20.639.

- (d.5) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$331.832 atualizado até 30 de setembro de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Tietê (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a controlada direta AES Tietê verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 331.832, R\$95.671 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$236.161 atribuíveis à controlada direta AES Tietê. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Tietê notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Tietê, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Tietê interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Tietê, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da controlada direta AES Tietê, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.6) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$107.139 atualizado até 30 de setembro de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Tietê, ocorrida entre 2013 a 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Tietê, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Tietê. Em face desta decisão, a controlada direta AES Tietê interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.
- (d.7) Execução Fiscal - PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 à 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Tietê discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Tietê e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Tietê opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2021 é de R\$8.991.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de setembro de 2021, controlada direta AES Tietê e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Consolidado	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	9	193.672	0,34% a 0,60%
Cível	2	65.561	0,35% a 1,00%
	11	259.233	

21. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

	Consolidado
	30.09.2021
<u>CIRCULANTE</u>	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	4.738
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	4.748
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	676
Ministério de minas e energia	338
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	203
Taxa de fiscalização ANEEL	1.318
Subtotal	12.021
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	8.437
Subtotal	8.437
Total	20.458

22. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:

CIRCULANTE	Notas	Consolidado
		30.09.2021
Complexo Eólico Tucano		10.040
Complexo Eólico Cajuína fase I	1	29.715
Complexo Eólico Alto Sertão II		13.612
Complexo Eólico Cajuína fase II		32.437
Complexo Eólico Cajuína fase III		31.017
Subtotal		116.821
NÃO CIRCULANTE		Consolidado
		30.09.2021
Complexo Eólico Tucano		1.193
Complexo Eólico Ventus		2.742
Complexo Eólico Cajuína fase I	1.1	63.373
Complexo Eólico Cajuína fase II		69.177
Complexo Eólico Cajuína fase III		32.266
Subtotal		168.751
Total		285.572

(b) Movimentação das obrigações de aquisições

A movimentação das obrigações de aquisição no período findo em 30 de setembro de 2021 é como segue:

	Consolidado					
	Complexo Eólico Ventus	Complexo Eólico Cajuína	Complexo Eólico Tucano	Complexo Eólico Alto Sertão II	Complexo Eólico São Ricardo	Complexo Eólico Serra Verde
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	—	—	—	—	—
Efeito da incorporação reversa da AES Tietê Energia	240.258	—	10.884	13.258	—	—
Adições	—	118.974	—	—	96.351	61.725
Atualização monetária	—	4.671	349	354	5.263	1.558
Pagamentos	(237.516)	(30.557)	—	—	—	—
Saldo em 30 de setembro de 2021	2.742	93.088	11.233	13.612	101.614	63.283

23. RESSARCIMENTO PASSIVO E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Notas	Consolidado
		30.09.2021
Conta de ressarcimento	23.a	258.092
Outras obrigações	23.b	171.678

23.a Ressarcimento passivo:

Ressarcimento passivo

Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica conta de ressarcimento. Os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos, sendo ambos têm como contrapartida a rubrica de "Receita operacional". Em 30 de setembro de 2021, o passivo de ressarcimento no circulante e não circulante representam R\$189.331 e R\$68.761, respectivamente.

Suspensão de devolução de ressarcimento

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido a limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas.

Em 04 de outubro, foi publicado o Despacho nº 3.080/2021, que aprovou a Regra de Comercialização que estabelece a metodologia de cálculo de energia não fornecida decorrente de *Constrained-off* para usinas eólicas com CER e CCEAR.

A aprovação das regras trata do período anterior à outubro de 2021. Junto com o despacho foi disponibilizada a Nota Técnica nº 110/2021-SRG/ANEEL, que dispõe de uma breve análise e tem em seu anexo o caderno de regras aprovado, com base na análise das contribuições recebidas pela ANEEL durante a Tomada de Subsídios 004/2021, instaurada com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento das regras supracitadas.

Em 30 de setembro de 2021 os saldos contabilizados no passivo de ressarcimento correspondem a R\$137.720, sendo R\$48.981 para o LER 2009, R\$16.939 para o LER 2010 e R\$71.800 para o LEN 2011.

23.b Outras Obrigações

CIRCULANTE	Notas	Consolidado
		30.09.2021
Participação nos lucros e resultados		10.765
Férias		9.826
Encargos sociais sobre férias e gratificações		4.828
Meio ambiente		2.261
Obrigações especiais		406
Bônus		1.468
Passivo de arrendamento		2.674
Décimo terceiro salário		4.204
Demais obrigações		7.810
Subtotal		44.242
NÃO CIRCULANTE		Consolidado
		30.09.2021
Provisões para desmobilização	13	107.867
Meio ambiente		10.376
Obrigações especiais		1.485
Demais obrigações		7.708
Subtotal		127.436
Total		171.678

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2021, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 2.116.001, sendo R\$ 1.000.001 totalmente integralizados, e o restante no montante de R\$1.116.000 a integralizar. A integralização deste montante foi realizada em 01 de outubro 2021, conforme nota de evento subsequente nº 35. Dessa forma, a partir de outubro o capital social passou a ser R\$2.116.001.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	97.190.818	24,35	—	—
AES Holdings Brasil II S.A.	85.097.408	21,32	—	—
AES Tietê Energia S.A.	—	—	500	100,00
BNDESPar	39.554.586	9,91	—	—
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.165.523	7,56	—	—
Outros	147.098.182	36,86	—	—
Ações ordinárias em circulação	399.106.517	100,00	500	100,00
Ações em tesouraria	3	—	—	—
Total das ações	399.106.520	100,00	500	100,00

24.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Notas	Controladora 30.09.2021
Reservas de capital:		
Incorporação de ações da AES Tietê		377.602
Ações e opções de ações outorgadas		255
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	2	(38.375)
Subtotal		339.482
Outros resultados abrangentes:		
Incorporação de ações da AES Tietê		(119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		(27.828)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas		35.085
Subtotal		(112.567)
Reservas de lucro:		
Reserva de investimentos		547.218
Subtotal		547.218
Total		774.133

Em 29 de março de 2021, foi finalizado o processo de incorporação das ações da AES Tietê, detalhado na nota explicativa nº 2.

24.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, com base em reserva de lucros no montante de R\$67.993, sendo R\$0,17036252099 por ação ordinária da Companhia. O pagamento foi realizado em 28 de maio de 2021.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de agosto de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$24.155, sendo R\$0,06052081242 por ação

ordinária, referente ao período encerrado em 30 de setembro de 2021. O pagamento foi realizado em 22 de setembro de 2021.

25. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação em 30 de setembro de 2021.

	Consolidado	
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Numerador:		
Resultado líquido do período	422.475	445.672
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	399.107	271.451
Denominador ajustado		
Denominador para lucro básico e diluído por ação	399.107	271.451
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	399.107	271.451
Resultado básico por ação (R\$ por ação)		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	1,058551996	1,641812090

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além de o valor ser considerado imaterial para fins de cálculo. Adicionalmente, a Companhia não possui qualquer efeito diluidor do resultado por ação.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado		Consolidado	
	01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.228.747	501.730	5.477.416	956.255
Mercado de curto prazo				
SPOT	24.970	1.354	43.359	3.437
Outros	—	58.662	—	73.236
Contratos de energia eólicos	607.547	139.077	515.346	252.545
Contratos de energia solares	191.858	35.655	166.066	76.051
Outras receitas	—	9.334	—	17.710
Receita operacional bruta	3.053.122	745.812	6.202.187	1.379.234
PIS e Cofins	—	(59.737)	—	(110.355)
CFURH	—	(6.345)	—	(12.882)
ICMS	—	(13.103)	—	(23.824)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(4.920)	—	(9.041)
ISS	—	(2)	—	(6)
Receita líquida	3.053.122	661.705	6.202.187	1.223.126

(i) A Companhia registrou R\$ 38.658 (período de 3 meses findo em 30 de setembro de 2021) e R\$ 49.312 (período de 6 meses findo em 30 de setembro de 2021) referente a Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM), que tem o intuito de ressarcir as usinas hidrelétricas pela redução de sua geração devido ao acionamento de térmicas fora da ordem de mérito de custo e à importação de energia elétrica.

27. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado		Consolidado	
	01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Custo de produção e operação de energia				
Contratos bilaterais (i)	1.096.607	(348.508)	1.684.328	(455.244)
Mercado de curto prazo				
MRE	246.495	(3.705)	872.862	(12.632)
SPOT	113.367	(59.946)	348.517	(100.435)
Outros (ii)	—	(2.885)	—	(3.909)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(61.484)	—	(121.595)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(4.234)	—	(7.257)
Crédito de PIS e Cofins	—	29.784	—	41.838
Subtotal	1.456.470	(450.978)	2.905.707	(659.234)
Custo da operação				
Pessoal e administradores	—	(23.274)	—	(43.118)
Benefícios pós-emprego	—	(812)	—	(1.580)
Serviços de terceiros	—	(34.072)	—	(62.433)
Material	—	(10.540)	—	(18.345)
Depreciação e amortização	—	(111.532)	—	(214.621)
Seguros	—	(5.950)	—	(11.923)
Arrendamentos e aluguéis	—	(288)	—	(1.780)
Contribuições setoriais	—	302	—	(966)
Outros custos operacionais	—	(1.298)	—	(2.880)
Subtotal	—	(187.464)	—	(357.646)
Total	1.456.470	(638.442)	2.905.707	(1.016.880)

(i) Reflexo dos maiores preços de energia no período, impactadas tanto pelo maior volume quanto preço médio de compra. Esses efeitos refletem o cenário hídrico adverso, em especial na região SE/CO, onde a Companhia opera suas usinas hidrelétricas.

(ii) Aumento do mercado de curto prazo é fruto da Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM), correspondente a R\$ 49.312 em 2021, que tem o intuito de ressarcir as usinas hidrelétricas pela redução de sua geração devido ao acionamento de térmicas fora da ordem de mérito de custo e à importação de energia elétrica.

28. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Pessoal e administradores	—	—	(19.312)	(39.295)
Benefícios pós-emprego	—	—	(92)	(268)
Serviços de terceiros	(1.229)	(2.225)	(20.363)	(24.313)
Material	—	—	(7.914)	(22.906)
Depreciação e amortização	—	—	(14.378)	(30.618)
Total	(1.229)	(2.225)	(62.059)	(117.400)

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Ganho na venda de controlada	11	—	—	—	9.644
Ganho na venda de ativo imobilizado		—	—	5.560	5.560
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		—	—	(79)	(703)
Outros		(94)	(59)	(310)	(616)
Total		(94)	(59)	5.171	13.885

30. RESULTADO FINANCEIRO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Receitas Financeiras					
Renda de aplicações financeiras		17	22	11.024	20.164
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo		—	—	1.573	4.477
Atualização de créditos tributários		—	—	1.067	1.086
Renda de cauções e depósitos judiciais		—	—	2.716	3.473
PIS e COFINS sobre receita financeira		(1)	(1)	(539)	(891)
Outras		—	—	11	39
Variações Cambiais:					
Marcação a mercado de derivativos		—	—	39.770	39.770
Outras receitas cambiais		—	—	556	2.537
Total		16	21	56.178	70.655
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas	17	—	—	(106.725)	(172.146)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	17	—	—	(48.578)	(82.884)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	19	—	—	(2.432)	(4.863)
Atualização monetária de obrigações por aquisições		—	—	(7.957)	(11.924)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (i)		—	—	18.971	26.659
Juros sobre passivos de arrendamento		—	—	(2.102)	(4.140)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		—	—	(1.517)	(6.221)
Imposto sobre Imposto sobre operações financeiras - IOF (ii)		—	—	(15)	(17.749)
Outras		(1)	(3)	(2.542)	(5.892)
Variações Cambiais:					
Marcação a mercado de derivativos		—	—	(11.512)	(15.512)
Fornecedores		—	—	1.014	—
Outros		—	—	(2.639)	(2.648)
Total		(1)	(3)	(166.034)	(297.320)
Total Líquido		15	18	(109.856)	(226.665)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,6% a.a. no período findo em 30 de setembro de 2021, sobre os ativos qualificáveis.

(ii) Em função da não incorporação do AFAC existente entre a controlada direta AES Tietê Energia e a controlada indireta Nova Energia, a controlada direta AES Tietê Energia efetuou o recolhimento do IOF sobre contrato de mútuo, no montante de R\$17.734.

31. PARTES RELACIONADAS

		Consolidado
	Notas	30.09.2021
Outros ativos (ii)		
Contas a receber - Tucano F6		1.377
Contas a receber - Tucano F7		1.530
Contas a receber - Tucano F8		1.378
Subtotal circulante		4.285
Outros ativos (i)	10	
Contas a receber - Tucano F6		766
Contas a receber - Tucano F7		766
Contas a receber - Tucano F8		859
Contas a receber - Tucano Holdings III S.A.		20
Subtotal não circulante		2.411
Total do ativo		6.696
Passivo		
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a AES Corp. (iii)	15	15.983
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a controladora AHB	15	1.856
Subtotal circulante		17.839
Obrigações com benefícios pós-emprego (iv)	19	126.980
Subtotal não circulante		126.980
Total do passivo		144.819

		Consolidado	
	Notas	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Resultado			
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iv)	19	(2.252)	(4.504)
Big Sky (iii)		(7.184)	(13.477)
Total do resultado		(9.436)	(17.981)

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Tietê Energia celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III, *joint venture* do grupo, onde a AES Tietê Energia será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Refere-se a rateio de despesas de condomínio capitalizadas em imobilizado em curso, dado que os complexos estão em construção. Todas as despesas referentes do complexo Tucano são centralizados na Tucano F1 e posteriormente rateados entre as Tucanos F2 e F8.
- (iii) Prestação de serviços e soluções relacionados à implementação da estratégia digital (*Digital Transformation*) da AES Brasil, pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.

- (iv) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funcesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 19.

31.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no período findo 30 de setembro de 2021 é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Benefícios de curto prazo	2.310	4.717
Benefícios pós-emprego	72	100
Outros benefícios de longo prazo	47	90
Remuneração baseada em ações (i)	37	74
Total	2.466	4.981

(i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp outorgadas à alta administração.

32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

32.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado			
		30.09.2021			
		Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)	Notas				
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	5		21.497	21.497	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	5	Nível 2	12.063	12.063	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	5	Nível 2	698.114	698.114	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	6		247.375	247.375	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (derivativo embutido)	32.1	Nível 2	22.944	22.944	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	9		291.037	291.037	Custo amortizado
Total			1.293.030	1.293.030	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	15		273.325	273.325	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17		4.555.488	4.530.367	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	17	Nível 2	1.377.229	1.377.229	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	18		104.873	104.873	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	32.1	Nível 2	7.530	7.530	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos (moeda estrangeira)	32.1		53.131	53.131	Designado para hedge de fluxo de caixa
Obrigações de Aquisições	22	Nível 2	285.572	285.572	Valor justo por meio do resultado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			919	919	Custo amortizado
Total			6.658.067	6.632.946	

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3

Instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *SWAPs*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI; (ii) a contratação de proteção cambial referente a compra de aerogeradores em moeda estrangeira, por meio de *NDFs*; e (iii) derivativo embutido de contrato de fornecimento de aerogeradores. O item (i) se qualifica como *hedge accounting* e está classificado como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Os itens (ii) e (iii) são classificados como valor justo por meio do resultado.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2021:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nocial (moeda estrangeira)	Valor MTM em R\$
29/12/2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	15.685
31/3/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	(68.817)
Subtotal moeda estrangeira					254.291	(53.132)
02/02/2021 a 22/04/2021	Valor justo por meio do resultado	Euro	Euro	NDF (ii)	20.321	(6.274)
02/02/2021 a 08/04/2021	Valor justo por meio do resultado	Dólar	Dólar	NDF (ii)	20.091	(1.255)
Subtotal NDF					40.412	(7.529)
09/04/2021 a 01/01/2023	Valor justo por meio do resultado	Euro	Euro	(iii)	65.820	14.540
07/05/2021 a 03/12/2021	Valor justo por meio do resultado	Dólar	Dólar	(iii)	29.866	8.404
Subtotal derivativo embutido					95.686	22.944
Total					390.389	(37.717)

(i) A controlada direta AES Tietê, contratou operações de derivativo de swap de câmbio, no valor nocional de U\$S116.122 e U\$S138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido a emissão dos empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 17.1), captados nestas mesmas datas. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) Durante o primeiro trimestre de 2021, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar e em euro do contrato de fornecimento de turbina eólica assinado com a Nordex, a controlada indireta Tucano Holding I contratou operações de derivativos denominada de *NDF* nos valores nocional de U\$S20.091 e EUR20.321.

(iii) Em 01 de abril de 2021, a Companhia assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Indústria de Equipamentos LTDA (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores. Com o objetivo de se proteger da exposição em dólar e em euro deste contrato, a controlada direta Tucano Holding I contratou operações de derivativos denominada de *NDF*, detalhada no item (ii) acima. Durante o terceiro trimestre de 2021, em função deste contrato possuir valor nocional de USD e EUR, moedas diferentes da moeda local ou da moeda funcional de qualquer das partes substanciais deste contrato, foi identificado um derivativo embutido. Neste sentido, a Companhia reclassificou o saldo de R\$17.534 da rubrica “Outros resultados abrangentes” para a rubrica de “Despesas financeiras” e reconheceu a marcação a mercado do derivativo embutido não realizado na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às “Receitas financeiras”, no montante de R\$22.944, assim como reconheceu a parcela positiva realizada, no montante de R\$16.826 em imobilizado em curso em contrapartida às “Receitas financeiras”. Em 30 de setembro de 2021, o Impacto total no resultado foi de R\$22.236.

Os contratos de *NDF* em aberto em 30 de setembro de 2021 por faixa de vencimentos são os seguintes:

Data de Vencimento	Montante em EUR	Montante em USD
Janeiro, 22	1.179	—
Fevereiro, 22	808	—
Abril, 22	4.637	—
Mai, 22	3.232	—
Junho, 22	1.194	—
Julho, 22	2.326	7.602
Agosto, 22	1.984	6.516
Setembro, 22	2.480	1.629
Outubro, 22	992	1.086
Novembro, 22	1.488	3.258
Total	20.321	20.091

Em 30 de setembro de 2021, baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente (descontados a taxas de mercado apresentadas pela Bloomberg), a Companhia elaborou uma estimativa de valor de mercado das operações de *swap* e *NDF*.

Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquidos são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração do resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

32.2 Gerenciamento de riscos

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2021 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	30.09.2021	30.09.2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.527	33.560
Investimentos de curto prazo	—	698.114
Contas a receber de clientes	—	247.375
Cauções e depósitos vinculados	—	291.037
Total da exposição	1.527	1.270.086

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

		Consolidado
	Notas	30.09.2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	5.932.717
Garantias de financiamento	9	(268.584)
Caixa e equivalentes de caixa	5	(33.560)
Investimentos de curto prazo	5	(698.114)
Dívida líquida		4.932.459
Patrimônio líquido		3.045.087
Índice de alavancagem financeira		161,98%

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de setembro de 2021, 8,95% era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,0 anos.

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 17.6.

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 17. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de setembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	273.325	—	—	—	—
Debêntures	65.814	588.319	984.268	823.839	3.257.107
Empréstimos e Financiamentos	27.552	82.388	107.270	923.263	847.084
Passivo de arrendamento	414	2.260	6.209	7.620	88.370
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	839	—	—	—
Obrigações de Aquisições	—	120.757	98.541	66.274	—
Total	367.105	794.563	1.196.288	1.820.996	4.192.561

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de setembro de 2021.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A controlada direta AES Tietê e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de setembro de 2021, as aplicações financeiras da controlada direta AES Tietê e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2021 é:

	Notas	30.09.2021
Equivalentes de caixa	5	12.063
Investimentos de curto prazo	5	698.111
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(5.850.225)
Total da exposição líquida		(5.140.051)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a controlada direta AES Tietê e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30.09.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,16%	6,23%	8,31%	10,39%	12,47%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	12.063	502	752	1.002	1.253	1.504
Investimentos de curto prazo	CDI	698.111	29.041	43.492	58.013	72.534	87.054
Impacto no resultado			29.543	44.244	59.015	73.787	88.558
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 30.09.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,16%	6,23%	8,31%	10,39%	12,47%
7ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	CDI	(756.179)	(41.696)	(57.553)	(73.486)	(89.419)	(105.352)
9ª Emissão de Debêntures (1ª Série)	CDI	(1.383.889)	(71.984)	(100.917)	(129.990)	(159.063)	(188.136)
Scotiabank 4131	CDI	(1.377.229)	(78.811)	(107.747)	(136.823)	(165.899)	(194.975)
Impacto no resultado			(192.491)	(266.217)	(340.299)	(414.381)	(488.463)
IPCA			2,31%	3,46%	4,61%	5,77%	6,92%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(60.825)	(6.141)	(6.893)	(7.649)	(8.405)	(9.158)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(67.854)	(7.031)	(7.873)	(8.718)	(9.563)	(10.405)
5ª Emissão de Debêntures	IPCA	(234.609)	(21.117)	(23.992)	(26.878)	(29.766)	(32.640)
6ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(400.524)	(37.035)	(41.953)	(46.892)	(51.833)	(56.751)
8ª Emissão de Debêntures	IPCA	(223.554)	(18.933)	(21.659)	(24.396)	(27.134)	(29.859)
9ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(733.321)	(52.277)	(61.107)	(69.975)	(78.845)	(87.675)
9ª Emissão de Debêntures (3ª Série)	IPCA	(209.493)	(14.934)	(17.457)	(19.990)	(22.524)	(25.047)
Impacto no resultado			(157.468)	(180.934)	(204.498)	(228.070)	(251.535)
TJLP			2,82%	4,23%	5,63%	7,04%	8,45%
BNDES	TJLP	(402.748)	(20.716)	(26.523)	(32.308)	(38.096)	(43.903)
Impacto no resultado			(20.716)	(26.523)	(32.308)	(38.096)	(43.903)
Total da exposição líquida			(341.132)	(429.430)	(518.090)	(606.760)	(695.343)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Risco de moeda estrangeira

A controlada direta AES Tietê possui empréstimos em moeda estrangeira. Como objetivo de se proteger integralmente do resultado das variações cambiais a controlada direta AES Tietê executou derivativos de *swap*, a administração designou os instrumentos como *hedge* de fluxo de caixa. Adicionalmente, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em compromissos futuros, a controlada indireta Tucano Holding I contratou instrumentos financeiros derivativos (Non-Deliverable Forward (NDF)). As taxas médias de câmbio consideradas para o dólar e euro, na data base de 30 de setembro de 2021, foram obtidas na Bloomberg, no valor de USD 5,85 e EUR 6,71, respectivamente. A contratação da operação de swap não apresenta caráter especulativo e possui *hedge accounting*. Dessa forma, a Companhia não apresenta a análise de sensibilidade desta exposição, pois as flutuações da taxa de câmbio estão sendo reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros NDF com exposição cambial no resultado segue abaixo:

Instrumentos	Risco	Posição em 30.09.2021	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Dólar	(6.274)	(54.724)	(27.586)	(449)	26.688	53.826
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Euro	(1.255)	(67.127)	(35.078)	(3.030)	29.019	61.067
Impacto no resultado		(7.529)	(121.851)	(62.664)	(3.479)	55.707	114.893

A análise de sensibilidade dos derivativos embutidos segue abaixo:

Instrumentos	Risco	Posição em 30.09.2021	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativo embutido em contrato	Dólar	14.539	86.833	46.494	6.154	(34.185)	(74.524)
Derivativo embutido em contrato	Euro	8.405	107.674	59.385	11.096	(37.193)	(85.482)
Impacto no resultado		22.944	194.507	105.879	17.250	(71.378)	(160.006)

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa consolidado foram as seguintes:

	Consolidado
	30.09.2021
Compensações de PIS e COFINS	62.695
Compensações de IRPJ e CSLL	35.413
Total	98.108

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são

capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado
	30.09.2021
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	120.743
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	26.659
Total de pagamento de juros	147.402

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado
	30.09.2021
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	151.049
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	(544.749)
Venda de controlada	(34.875)
Total	(428.575)

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

		Consolidado		
		Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Notas				
Saldo em 31 de dezembro de 2020		—	—	—
Efeito da aquisição da AES Tietê Energia		6.167.289	39.295	6.206.584
- Itens que afetam o fluxo de caixa				
Pagamentos de principal		(554.981)	—	(554.981)
Diferimento custos de transação		(719)	—	(719)
Pagamento de encargos financeiros (i)		(120.743)	—	(120.743)
Juros capitalizados	30	(26.659)	—	(26.659)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		—	(130.786)	(130.786)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa				
Efeito da aquisição do Complexo Salinas e Mandacaru		332.000	—	332.000
Encargos de dívida		145.764	—	145.764
Variação monetária		90.924	—	90.924
Variação cambial		(100.158)	—	(100.158)
Destinação de dividendos		—	92.410	92.410
Saldo em 30 de setembro de 2021		5.932.717	919	5.933.636

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais

34. COMPROMISSOS

Em 30 de setembro de 2021, a controlada direta AES Tietê e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas informações contábeis:

Posição em 30 de setembro de 2021	Consolidado						Total
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	10.892	10.892	10.892	10.892	10.892	82.643	137.103
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	177.397	177.397	177.397	177.397	177.397	960.586	1.847.571
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	158.037	421.432
Encargos de conexão	4.445	4.445	4.445	4.445	4.445	165.373	187.598
Modernização e manutenção de usinas	555.170	119.206	40.302	55	—	—	714.733
Fornecimento de turbinas eólicas (i)	364.299	364.299	364.299	—	—	—	1.092.897
Contratos de compra de energia	370.945	136.885	28.105	—	—	—	535.935
Total	1.535.827	865.803	678.119	245.468	245.413	1.366.639	4.937.269

(i) No 1º trimestre de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I assinou contrato de serviços de fornecimento de turbinas eólicas para construção do Complexo Eólico Cajuína.

Obrigação de expansão

Em outubro de 2018, a controlada direta AES Tietê assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a controlada direta AES Tietê tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a controlada direta AES Tietê sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Oferta pública de ações e aumento de participação acionária

Em 01 de outubro de 2021, após aprovação em Reunião do Conselho de Administração em 17 de setembro de 2021, a Companhia realizou oferta pública de distribuição primária de 93.000.000 de ações ordinárias de sua emissão, com valor total de emissão no montante de R\$1.116.000.

A liquidação física e financeira das referidas ações foi realizada, por meio da B3, com a efetiva entrega de tais ações aos respectivos investidores, sendo tais ações colocadas pelas instituições intermediárias participantes da Oferta Restrita em regime de garantia firme de liquidação. A integralização das novas ações e o aumento de capital da Companhia foi realizado 01 de outubro no montante de R\$1.116.000, passando o capital social de R\$1.000.001 para R\$2.116.001. Não houve alteração do capital autorizado, que continua em R\$4.600.000.

A Companhia acredita que seu plano de crescimento poderá ser acelerado pela oferta e, com isso, potencializar a criação de valor para os acionistas.

Os acionistas controladores AES Holdings Brasil S.A. (“AHB”) e da AES Holdings Brasil II S.A. (“AHB II”) subscreveram e integralizaram, em conjunto, 47.562.798 ações ordinárias de emissão da Companhia, as quais foram integralizadas em 1º de outubro, no âmbito da oferta pública de distribuição primária, com esforços restritos de colocação, de ações ordinárias da AES Brasil.

Com a subscrição e integralização das referidas ações ordinárias de emissão da Companhia, das participações detidas pela AHB e pela AHB II, a The AES Corporation passou a deter, indiretamente, 46,708% do capital social da AES Brasil.

1ª Emissão de debêntures da Tucano Holding II

Em 08 de outubro de 2021, houve a conclusão da primeira 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da controlada direta Tucano Holding II, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com vencimento em 15 de setembro de 2041 no montante total de R\$300.000. A Emissão foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária em 15 de setembro de 2021. O valor total é atualizado monetariamente pelo IPCA e sua remuneração calculada através de uma taxa contratual de 6,0594% a.a.

Evento subsequente da *Joint Venture* Tucano Holding III

Em 01 de outubro de 2021, houve a liquidação e consequente encerramento da primeira 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da *Joint Venture* Tucano Holding III, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$200.000. A Emissão foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária em 15 de setembro de 2021. O valor total é atualizado monetariamente pelo IPCA e sua remuneração calculada através de uma taxa contratual de 6,5865% a.a. O vencimento das debêntures está previsto para Setembro de 2041.